

CARLOS KAUFFMANN
Advogado
Professor de Processo Penal da PUC/SB Mestre e Doutorando em
Processo Penal pela PUC/SP

PRISÃO TEMPORÁRIA

Quartier Latin

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

KAUFFMANN, Carlos

Prisão Temporária / Carlos Kauffmann- São Paulo : Quartier Latin, 2006.

ISBN 85-7674-151-2

1. Processo Penal I. Título

SUMÁRIO

Prefácio, por Tales Castelo Branco	15
1. Introdução	21
2. Considerações gerais sobre a prisão	27
2.1. Conceito	31
2.1.1. Prisão como estabelecimento prisional	34
2.1.2. Prisão como pena	39
2.1.3. Prisão como restrição da liberdade	41
2.1.4. Prisão como medida restritiva da liberdade	42
2.2. Espécies	42
2.2.1. Prisão penal	44
2.2.2. Prisão penal cautelar	48
2.2.3. Prisão extrapenal	51
3. Princípios constitucionais	59
3.1. Princípio da legalidade	59
3.2. Princípio do devido processo legal	61
3.3. Princípio do juiz natural	62
3.4. Princípio da oficialidade	64
3.5. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	66
4. Tratados Internacionais	73
4.1. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	76
4.2. Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica	79

5. Requisitos Formais da Prisão	85
5.1. Constitucionais	85
5.1.1. Inviolabilidade da intimidade, vida privada e domicílio (incisos X e XI)	86
5.1.2. Punição de condutas atentatórias dos direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI)	89
5.1.3 Exigência de mandado de prisão (inciso LXI)	89
5.1.4 Comunicação da prisão (inciso LXII)	90
5.1.5. Direito ao silêncio (inciso LXIII)	91
5.1.6. Assistência da família (inciso LXIII)	94
5.1.7. Assistência de advogado (inciso LXIII)	94
5.1.8. Identificação dos responsáveis pela prisão (inciso LXIV)	96
5.2. Leis ordinárias	97
6. Excepcionalidade da Prisão Cautelar: Liberdade como Regra	101
6.1. Relaxamento	103
6.2 Liberdade provisória	105
6.2.1 Obrigatória	107
6.2.2. Permitida	108
6.2.3. Liberdade vedada: liberdade provisória e crimes hediondos	110
6.3. Revogação	112
6.4. Habeas corpus	114
7. Prisão Temporária	119
7.1. Conceito	123
7.2. Requisitos de admissibilidade	125
7.2.1. Inciso I: imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial	127
7.2.2. Inciso II: residência fixa ou elementos para a identificação	128
7.2.3. Inciso III: fundadas razões de autoria e participação em crimes determinados	129
a) Significado de fundadas razões	129

Localização: 343.126(81)

K21p

Código de barras: STJ00065821

b) Provas concretas e já obtidas	131
c) Condutas penais que, autorizam a prisão: rol taxativo	132
d) Crimes hediondos não previstos no art. 1.º, III, da Lei 7.960/89	134
7.3. Posições relacionadas aos requisitos de admissibilidade	137
7.3.1. Requisitos alternativos	137
7.3.2. Requisitos cumulativos	139
7.3.3. Dois requisitos cumulativos	139
7.3.4. Requisitos cumulados com as hipóteses que autorizam a prisão preventiva	141
7.3.5. Necessidade dos requisitos previstos nos incisos I e III do artigo 1.º	144
7.4. Autoridade competente	145
7.5. Necessidade de provocação	148
7.6. Motivação do decreto de prisão temporária	149
7.7. Mandado de prisão	152
7.8. Apresentação do preso e exame de corpo de delito	159
7.9. Encarceramento separado	161
7.10. Plantão judiciário	163
8. Prazo	167
8.1. Término	170
8.1.1. Libertação do preso	170
8.1.2. Prorrogação do prazo	171
8.1.3. Decretação da prisão preventiva	173
9. Prisão Temporária e o Artigo 89 da Lei 9.099/95	179
10. Conclusão	185
Bibliografia	191